

Diário Notícias

02-03-2015

Periodicidade: Diario

Classe: Informação Geral

Âmbito: Tiragem: Nacional

56361

Temática: Justica

Dimensão: 845

nagem: S/Cor

Página (s): 13



Segunda-feira _2 de março de 2015. Diário de Notícias

PORTUGAL

M inistra da Justiça processada r denúncia caluniosa no Citius

DIAP Lisboa. Os dois técnicos da PJ demitidos após o colapso da informática dos tribunais já entregaram queixa-crime. Dizem que Paula Teixeira da Cruz quis salvar a imagem pública

Tribunais

estiveram 44 dias

sem funcionar

com o sistema

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Os dois ex-técnicos do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ) demitidos após o colapso do programa informático dos tribunais entregaram uma queixa-crime contra a ministra da Justiça. Em causa está o crime de denúncia caluniosa e difamação agravada porque, alegam os elementos da Polícia Judiciária (PJ), a titular da pasta "tentou" incriminá-los pelo bloqueio do sistema informático dos tribunais "para salvar a sua imagem pública". O DN sabe que a queixa deu entrada no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa a 20 de fevereiro.

O DN tentou obter uma reação do gabinete da ministra Paula Teixeira da Cruz, mas sem êxito. Bem como dos queixosos – Paulo Queirós e Hugo Tavares – que não estiveram contactáveis. Os dois alegam que foram indiciados por sabotagem informática do Citius pela titular da pasta sem que "exisissem quaisquer indícios desse crime". Em causa está o não funcionamento da plataforma informática, gerida pelo IGFEJ, que paralisou os tribunais por 44 dias. Na queixa-crime contra Paula Teixeira da Cruz, a defesa dos queixosos, protagonizada pela advogada Isabel Duarte, arrolou como testemunhas o ex-presidente do instituto Rui Mateus Pereira e o membro do Conselho Diretivo Carlos Brito. O DN sabe que estão prestes a ser notificados para comparecerem na 5.ª Secção do DIAP.

A defesa dos dois técnicos – que acabram por ser afastados do IGFEJ e regressaram à Escola da Polícia Judiciária, em Loures – passa pelo "desgaste político e na opinião pública provocado por este colapso".

No dia 24 de outubro, um mês e meio depois da entrada em vigor da reforma do mapa judiciário e data em que o *crash* do Citius se verificou, a titular da pasta da Justiça enviou um despacho em que invocava a possibilidade de ambos os técnicos terem sido responsáveis pelo crime de sabota-

gem informática agravada. Esse despacho foi enviado à Procuradoria-Geral da República (PGR). Mas o gabinete de Joana Marques Vidal arquivou a queixa no tempo recorde de 15 dias (ver caixa). O

crime de denúncia caluniosa é punido com pena de prisão até três anos; o de difamação agravada, até seis meses ou pena de multa.

Demissão do ex-líder do IGFEJ Além dos dois técnicos houve ou-

Além dos dois técnicos houve outras demissões na sequência deste bloqueio informático. A 13 de janeiro foi emitido o despacho de exoneração de Rui Mateus Pereira (presidente do IGFEJ) e de Carlos Brito (vogal do instituto), assinado pelo secretário de Estado da Justiça, António Costa Moura. Na altura, Mateus Pereira considerou o despacho "irregular" já que teria de ser assinado por Paula Teixeira de Cruz e não apenas pelo secretário de Estado. Contactado pelo DN, Mateus Pereira preferiu, para já, não prestar declarações sobre esta investigação.

"Recebemos o despacho. São oito páginas onde somos acusados de falta de competência e de perfil. Foi a primeira vez que ouvi estas acusações", disse na altura Rui Mateus Pereira. A decisão foi extensível ao vogal Carlos Brito, responsável pelo departamento informático do Ministério da Jus-

tiça. Os dois dirigentes eram os responsáveis máximos por este departamento que "tratou" da transferência de 3,5 milhões de processos eletrónicos. Duas semanas depois da sua demissão da liderança do IGFEJ, o Parlamento chumbou a ida do ex-responsável do sistema informático de apoio

aos tribunais para ser ouvido na Comissão de Assuntos Constitucionais, Liberdades e Garantias, a pedido do Bloco de Esquerda. Na votação, realizada na mesma comissão, o requerimento teve os votos de DS do PCA do BE.

favoráveis do PS, do PCP e do BE. Já depois de ter sido afastado do cargo, Rui Pereira escreveu uma carta ao presidente daquela comissão parlamentar, Fernando Negrão, a disponibilizar-se para ser ouvido. Rui Pereira assegurava que as justificações do despacho da exoneração pelo secretário da Estado da Justiça não correspondiam à verdade, referindo que não estavam esclarecidas as circunstâncias em que decorreu o colapso do Citius nem apuradas as responsabilidades técnicas. Depois de ver chumbada a audição, o ex-responsável acusou os deputados da maioria de quererem "proteger a ministra da Justica".

teger a ministra da Justiça".

Depois do crash, a plataforma informática dos tribunais só voltou a funcionar em pleno quatro meses após a entrada em vigor da nova organização dos tribunais. A 31 de dezembro, o sistema já estava "totalmente operacional", terminando assim com a suspensão de prazos e com a entrega de peças processuais em papel.

CIBERCRIME

Arquivamento "esclareceu as dúvidas"

>O procurador que lidera o Gabinete Cibercrime, Pedro Verdelho, que investigou a alegada sabotagem informática do Citius, assinou o despacho de arquivamento do processo "por considerar não existirem indícios do crime de sabotagem informática e por não terem sido

apurados indícios suficientes quanto ao crime de coação". O mesmo despacho garantia ainda que as diligências realizadas após a denúncia do ministério permitiram esclarecer as dúvidas que o documento remetido pelo Ministério da Justiça suscitou, "afastando a suspeita".